



Assistência internacional no planejamento educativo dos anos 1960 em Santa Catarina – Brasil¹

International Assistance in Educational planning in the 1960s in Santa Catarina – Brazil

Maria das Dores Daros
Marilândes Mól Ribeiro de Melo
Universidade Federal de Santa Catarina | Florianópolis

Resumo

A criação de um sistema de organizações internacionais intergovernamental, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), dentre outras, após a 2ª Guerra Mundial impulsionou a internacionalização da problemática educacional, o que promoveu assistências técnicas a países, como o Brasil. Nos anos de 1960, firma com o Ministério de Educação e Cultura do Brasil convênio para assessorar os Estados na organização de seus sistemas de ensino. Objetivamos então descrever a institucionalização do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (Cepe) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); resumir as atividades do Colóquio Estadual para a Organização do Sistema de Ensino (Ceose); expor trâmites que culminaram no Plano Estadual de Educação (PEE) e discutir a participação dos peritos da Unesco, Jacques Torfes e Michel Debrun, na institucionalização da pesquisa e planejamento em Santa Catarina, tendo como referencial teórico-metodológico os pensamentos de Mannheim e Schmitz sobre as categorias de Planejamento e Modernização que emergem nos Informativos e Boletim do Cepe e nos documentos elaborados por Torfes e Debrun.

Palavras-chave: Assistência internacional. Unesco. Educação. Planejamento. Modernização.

Abstract

The creation of a system of international intergovernmental organizations, such as the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), among others, after the Second World War boosted the internationalization of the educational issues that promoted technical assistance to countries, like Brazil. In the 1960s, Unesco signed with the Department of Education and Culture of Brazil an agreement to assist States in organizing their educational systems. Our objective is describe the institutionalization of the Center for Research and Education (Cepe) of the Santa Catarina State University (Udesc); summarize the activities of the State Conference for the Organization of the Education System (Ceose); explain procedures that culminated in the State Plan for Education (PEE) and discuss the participation of experts from Unesco, Jacques Torfes and Michel Debrun in the institutionalization of research and planning in Santa Catarina, having as reference theoretical methodological the thoughts of Mannheim and Schmitz about the categories of Planning and Modernization that emerging in the Cepe's Informational Bulletin and in the documents prepared by Torfes and Debrun.

Keywords: International assistance. Unesco. Education. Planning. Modernization.



Introdução

A partir do final da 2ª. Guerra Mundial, com a criação de um vasto sistema de organizações internacionais de natureza intergovernamental como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), entre outras, deu-se um impulso à internacionalização da problemática educacional. Os países da periferia e da semiperiferia². ocidental começam a depender cada vez mais, na formulação de suas políticas educativas, “[...] da legitimação e da assistência técnica das organizações internacionais, o que permitiu, nos anos sessenta, uma rápida difusão das teorias do capital humano e da planificação educacional.” (TEODORO, 2001, p. 127).

98

Ao abordarmos os países do ocidente não desconsideramos a realidade de um *sistema mundial* polarizado entre os blocos então denominados de *capitalista* e *socialista*, decorrente da correlação de forças entre as potências econômicas e militares que emergiram após a Segunda Guerra Mundial. O aspecto enfocado neste artigo diz respeito ao bloco *capitalista*, capitaneado pelos Estados Unidos da América, e no qual se incluía o Brasil. O Planejamento Estratégico passou a ser empregado pelos Estados capitalistas, a partir da crise econômica de 1929, da qual emerge a necessidade de constituição do Estado de Bem-Estar Social, defendido por John Maynard Keynes na Conferência de Bretton Woods em 1944, *locus* de criação de algumas das agências internacionais acima mencionadas. Para esse economista, a intervenção estatal na vida econômica objetiva conduzir a um regime de pleno emprego. O Keynesianismo propugnava que o Estado deveria atuar para corrigir falhas de mercado; que tanto o déficit quanto o crescimento do setor público eram benéficos para prevenir a recessão; que o planejamento do Setor Público deveria ter finalidades macroeconômicas. A expansão dos Estados se deu dentro de uma lógica própria, conforme a capacidade de mobilização política dos órgãos da Administração. (CLEMENTE, 2007).

A Unesco, criada em 1945³, faz parte das organizações, faz parte desse contexto. Tem entre seus objetivos: “Promover a educação como um direito humano fundamental; Proporcionar avanços na qualidade da educação;



Estimular a experimentação, a inovação e o diálogo no campo de políticas educacionais." (UNESCO, [1945], p. 1). Desde sua fundação, promoveu um elevado número de conferências, missões e assistências técnicas a inúmeros países, entre os quais, o Brasil.

Nos anos sessenta do século XX, a Unesco firmou com o Ministério de Educação e Cultura do Brasil convênio para assessorar os estados na organização de seus sistemas de ensino colocando à disposição seus *peritos*, para orientar a prática do planejamento e a organização da educação. É importante mencionar que, na década de 1960, passaram 18 ministros pelo MEC, alguns foram interinos e muitos permaneceram por um curto período na pasta. Os convênios do Ministério da Educação do Brasil – MEC e a Unesco⁴ resultaram em assistência de peritos estrangeiros a vários estados do Brasil, entre os quais Santa Catarina. Desse convênio, resultaram os Colóquios Estaduais para a Organização dos Sistemas Estaduais de Ensino – Ceoses⁵, que tinham por objetivo precípuo tornar efetiva a existência dos sistemas estaduais de ensino, criados pela Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)⁶.

Nosso propósito, neste trabalho, é descrever a institucionalização do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Udesc; resumir as atividades do Colóquio Estadual para a Organização do Sistema de Ensino (Ceose); expor os trâmites que culminaram no Plano Estadual de Educação (PEE) e discutir a participação dos peritos da Unesco, Jacques Torfes e Michel Debrun, na institucionalização da pesquisa e do planejamento educacional e na modernização gerada por esse processo em Santa Catarina na década de 1960.

Para tanto, incursionaremos principalmente pelo exame do Ceose que trouxe, à tona, as principais dificuldades pelas quais passava a educação no estado de Santa Catarina. Também analisaremos a institucionalização do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (Cepe)⁷ da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc), criado no ano de 1963, que, por meio da realização de pesquisas e produções teóricas sobre a educação, possibilitou a cientifização e configuração do campo educacional catarinense. Será também focado o Plano Estadual de Educação (PEE), materialização visível dos esforços de cooperação entre o governo estadual e a organização internacional Unesco. Inicialmente, vale lembrar algumas questões relativas às contribuições de uma missão de planejamento educacional dessa organização para o Brasil.



Missão de Planejamento Educacional da Unesco no Brasil

No relatório *Missão de Planejamento Educacional/Brasil*, emitido de Paris pela Unesco e datado de setembro de 1963, consta que o governo brasileiro solicitou dessa agência internacional uma Missão de Planejamento para o Investimento Educacional, com o fim de orientar no planejamento e no investimento educacional. Tal missão foi composta por um especialista em educação geral (Otto E. Domian); um especialista em educação técnica e industrial (Ernest J. Simon); um especialista em educação agrícola (T. Ramos-Saco); um economista especializado em educação (Sylvain Lourié) e um membro relator (Violet Lannoy). (UNESCO, 1963).

O roteiro, desenvolvido em cooperação estreita com as autoridades competentes brasileiras e, especialmente, com os responsáveis pelo setor educacional, consistiu nas seguintes indicações para a institucionalização da prática do planejamento no Brasil:

- a) Examinar a situação econômica geral e os planos nacionais para o desenvolvimento econômico e social, e estudar o programa regional de desenvolvimento em relação aos planos globais.
- b) Estudar os planos de desenvolvimento educacional da região escolhida em particular, quanto à relação que apresentam com os planos nacionais e a situação geral, econômica e social.
- c) Avaliar as necessidades educacionais futuras da região, em todos os níveis, tomando como base as projeções demográficas, enquadradas nos planos regionais e nacionais de desenvolvimento.
- d) Apresentar ao Governo recomendações sobre os aspectos seguintes: a) prioridades globais em educação, incluindo programas técnicos e agrícolas, enquadradas essas prioridades no plano de desenvolvimento educacional global; b) relação entre os serviços regionais e nacionais de planejamento educacional, oferecendo sugestões sobre sua organização e funções; c) identificação dos projetos prioritários, bem como estimativas orçamentárias indispensáveis à formulação de pedidos de necessidade de assistência exterior. (UNESCO, 1963).

Consta que o então diretor da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Dr. Almir de Castro, fazia a mediação entre as autoridades brasileiras e o organismo internacional. Foram disponibilizados



um escritório na cidade do Rio de Janeiro e auxílio de pessoal administrativo. Integrava esse grupo o professor catarinense Orlando Ferreira de Melo, que era coordenador-geral dos Centros de Treinamento de Professores, administrado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), órgão do MEC, e pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (Unicef), órgão pertencente à Unesco. O professor Orlando Ferreira de Melo era o especialista e interlocutor entre a instituição brasileira e o organismo internacional.

A região indicada pela missão de planejamento para a primeira investigação educacional foi a Nordeste, devido aos problemas com que se defrontava nos setores de educação e desenvolvimento econômico, e também pela presença da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão de planejamento já estruturado desde 1960. Segundo a Unesco (1963, p. 2), no Brasil era preciso “[...] considerar a situação educacional do Nordeste como parte integrante do sistema nacional, e não como unidade independente, isolada do país.”

Importava considerar a perspectiva nacional do sistema educacional brasileiro e trabalhar em cooperação com os organismos internacionais e bilaterais já presentes, executando programas de desenvolvimento no Brasil. Essa Missão alegou que devido à extensão do Brasil “[...] e a variedade que caracteriza algumas de suas regiões, impossibilitaria o estudo em bases nacionais, dentro do limite de tempo reservado à Missão. Ficou, portanto, estabelecido que apenas a situação educacional de uma única região seria [...] estudada.” (UNESCO, 1963, p. 2). O estudo efetivado na Região Nordeste balizaria possíveis estudos a serem feitos nas outras regiões.

A relatora Violet Lannoy (1963, p. 4) compreendia que as autoridades educacionais brasileiras estavam empenhadas na resolução dos problemas decorrentes do incremento da população, da intensificação da indústria e do crescente interesse pela educação. Afirmava que “[...] os programas de desenvolvimento educacional [...]” se baseavam “[...] na apreciação sadia e realista do potencial econômico e nas necessidades da sociedade.” Para Lannoy (1963, p. 3), a intenção da missão não era investir no campo do assistencialismo, nem ampliá-lo, mas “[...] ajudar em todas as tentativas visando a cooperar no esforço que as autoridades brasileiras [...]” estavam “[...] realizando para a melhoria e expansão do seu sistema educativo.”



Mesmo que a assistência técnica realizada pela missão fosse mínima, seria de grande valia na consolidação e melhoria do sistema educacional e que era premente coordenar os programas já existentes por suas indiscutíveis justificativas pedagógicas; reconheciam, do mesmo modo, a importância do equacionamento desses programas dentro do planejamento da educação nacional, para que pudessem influir de modo eficaz e receber as benesses do esforço nacional em busca do progresso econômico e social.

A inexistência da prática social do planejamento em educação, de acordo com a missão da Unesco (1963, p. 5), “[...] levava ao desperdício de recursos, de pessoal e de material.” Segundo a mesma apreciação, instâncias de âmbito federal, estadual e municipal contribuem para o financiamento de orientação da educação, porém, de modo independente e limitado, sem conhecimento do que ocorre nos demais níveis. Estava no cerne da questão desenvolver um plano educacional global. A questão do planejamento sistemático da educação era o ponto focal que faltava à educação no Brasil.

Iniciativas de estabelecimento de uma máquina administrativa e implementação de planos nacionais de educação já haviam sido fomentadas. São exemplos desse esforço a atribuição ao Conselho Federal de Educação da responsabilidade de elaborar o Plano Nacional de Educação; a existência da Comissão de Planejamento Nacional (Coplan), integrada pela Comissão de Planejamento Educacional (Coplede), criadas para “[...] organizar procedimentos de planificação em âmbito nacional.” (UNESCO, 1963, p. 49).

Devido às mudanças do regime de governo em 1964⁸, essas comissões não conseguiram funcionar. É necessário indicar também que já houvera no período pós-Segunda Guerra “[...] um esforço para estabelecer uma racionalidade científica que permitisse formular leis gerais capazes de guiar, em cada país, a ação reformadora no campo da educação [...]” (TEODORO, 2001, p. 127), colocando no cerne:

[...] inúmeras iniciativas [...] realizadas por [...] organizações internacionais, permitindo criar vastas redes de contatos, de financiamentos e de permuta de informação e conhecimento entre autoridades político-administrativas de âmbito nacional, atores sociais, *experts* e investigadores universitários. (TEODORO, 2001, p. 127).



Essas iniciativas compreendiam a realização de seminários, congressos, *workshops*, estudos e exames. No Brasil, os convênios firmados entre MEC/UNESCO resultaram na elaboração dos Ceose, coordenados por Durmeval Trigueiro Mendes, conselheiro do Conselho Federal de Educação. Ao professor Durmeval coube coordenar uma “[...] comissão de especialistas brasileiros e peritos da UNESCO.” (MEC/INEP/CEOSE, 1967, p. 1). De acordo como o documento nº 2, “[...] os [...] CEOSE não se destinavam a resolver, mas revolver; representam, antes de tudo, o desenrolar de um processo que vão reclamar continuidade.” (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 3). Quanto aos especialistas brasileiros, a participação se efetivava por meio de convocações flexíveis e revezadas, geradas pela dimensão dos colóquios e de seu tempo de durabilidade, o que inviabilizava uma equipe permanente.

Colóquio Estadual para a Organização do Sistema de Ensino CEOSE

○ Ceose aconteceu em julho de 1967, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina e foi realizado nos dias 5 a 8, na Faculdade de Educação da então Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc). Foi coordenado por Sílvio Coelho dos Santos, como diretor assistente do Cepe, órgão ligado à mesma instituição e congregou técnicos e autoridades interessadas nas questões educacionais. Sob o patrocínio do Inep, recebeu orientação técnica dos peritos da Unesco, Jacques Torfes e Michel Debrun. Contudo, não autorizou um equacionamento pormenorizado dos problemas educacionais no estado, e portanto, deveria desdobrar-se no tempo. Foi o primeiro contato para a discussão da situação educacional e para o alargamento da percepção do processo educativo com vistas à elaboração do planejamento educacional.

Como apontavam os peritos, todas as sugestões, fossem elas pedagógicas, administrativas e/ou de planejamento, representavam um simples esboço, destinadas a estimular o diálogo com os educadores catarinenses; em outras palavras, não eram receitas fabricadas *a priori*, porém, um modo de confrontar os assuntos pertinentes ao sistema educacional sob duas visões: uma externa, a dos peritos, considerada mais ampla e objetiva e, no entanto, menos prática; e outra, interna, a dos educadores, aquilatada pela situação



local, e, portanto, carente da objetividade necessária ao entendimento amplo do sistema educativo. (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967).

Os colóquios constituíam-se em “[...] um sistema de assistência técnica do MEC aos Estados, por intermédio do Inep e baseavam-se em objetivos bem definidos e dispunham de instrumentos adequados para a sua realização.” (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 1). Exigiam uma mobilização integrada de recursos humanos e materiais para acelerar o progresso social, econômico e cultural e previam, em conformidade com a necessidade exposta na Lei de Diretrizes e Bases de 4024/1961, a formulação de planos educacionais. Eram voltados essencialmente à fusão entre ideias, fatos e articulações administrativas que convergissem para a elaboração dos planos de educação nos estados e do Plano Nacional de Educação. Preparavam as condições para a aplicação completa da Lei de Diretrizes e Bases – 4.024/1961 – e sua filosofia. Como orienta o Documento nº 1, a educação brasileira não residia mais na:

[...] força do Ministério da Educação e Cultura, na imperatividade de seus editos, mas na excelência de seus conselhos. E, se é verdadeira a constatação de que as soluções educacionais não podem esgotar-se nas diligências burocráticas, segue-se, igualmente, que o estudo e a gestão dos assuntos educacionais não pode ser atribuição apenas de burocratas ou de ‘técnicos’, mas sobretudo, de uma elite cultural capaz de dar conteúdo real à educação. (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 3).

No entanto, essa elite cultural, propensa a substanciar a educação por meio das orientações para auxílio à implantação dos sistemas de ensino e do planejamento, não dispensava a participação dos técnicos, condição necessária para estabelecer os limites da educação, visto que o trabalho de elaborar um planejamento educativo exigia dedicação total, o que não seria possível se os planejadores tivessem que se desdobrar em distintas funções dentro do processo. Ater-se a meios considerados ineficientes pelo MEC, como, por exemplo, a circulação de ofícios, de relatórios e formalidades de reuniões, seriam obstáculos para as equipes, que deviam centrar suas ações na busca da solução de problemas nas especificidades de cada estado e orientar sua resolução por princípios e critérios que fortalecessem a prática do planejamento.



De acordo com o Ministério da Educação do Brasil (MEC), “[...] a verdadeira assistência técnica [...] não é a que se realiza por meios burocráticos, mas por aquele processo ‘artesanal’ que permita a elaboração e execução da idéia em cada lugar, com a mente e as mãos dos que vão realizá-la e desenvolvê-la.” (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 2). O órgão ratifica a fala dos peritos a respeito da necessidade de continuidade de entendimento dos processos educacionais na medida em que se percebe que o desenvolvimento da escola é um fenômeno global, mas que se manifesta de modo *sui generis* nas localidades, tem raiz local e precisa ser o elo entre premências globais e locais de desenvolvimento econômico e social. (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967).

Tendo como objetivo principal efetivar “[...] a existência dos sistemas estaduais de educação [...]”, os colóquios concentravam esforços para institucionalizar uma “[...] verdadeira política de assistência técnica aos sistemas estaduais de educação.” (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 3). Sua metodologia de trabalho era desenvolvida numa média de oito dias e consistia em: a) diagnosticar a situação e indicar medidas administrativas e técnicas para implantar as novas estruturas ou mecanismos no sistema de educação do Estado e na organização da respectiva Secretaria de Educação; b) discutir ideias para lastrear as políticas estaduais de educação; c) implementar o planejamento educacional. (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 2).

Tal procedimento está em conformidade com o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967⁹, que, em seu artigo 6º, Título II, trata dos princípios fundamentais das atividades da administração federal. De acordo com esse decreto, tais atividades devem obedecer a cinco princípios fundamentais: planejar, coordenar, descentralizar, delegar competências e controlar.

O MEC, com a realização dos colóquios, procurava demarcar uma nova postura na atuação dos sistemas de ensino, salientando as diferenças entre sua antiga posição, considerada centralizada, burocrática, indisposta a realizar aconselhamentos e assessoramentos técnicos, limitando-se a impor ao invés de propor, tendo a lei como escudo, não afeito a pesquisas e a planejamentos, entre outras questões. A nova proposta era conceder autonomia para a formulação dos sistemas de ensino e dos planos estaduais de educação. Autonomia um tanto coercitiva, pois, inicialmente, os estados que não organizassem seus sistemas e não efetivassem o planejamento seriam penalizados com corte de verbas para o setor.



A razão de se criar os colóquios era “[...] atender a [...] premente necessidade dos Estados de possuírem idéias adequadas sobre a educação e sua política, e não só idéias, como também *staff*, instrumentos de análise e de planejamento, estrutura administrativa e técnica apropriadas.” (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 1). Essas exigências se efetivaram desde o início da década de 1960, em Santa Catarina, pelo governo Celso Ramos (1961-1965), ao estabelecer o Plano de Metas do Governo (PLAMEG I/II). As experiências de planejamento em Santa Catarina são definidas por Sérgio Schmitz em três estágios: a motivação do planejamento, sua “descoberta provocada pelo Plano de Obras e Equipamentos (POE) (1955-1960)”; a “[...] explicitação do planejamento representado pelo Plano de Metas do Governo (1961-1970) [...]” e a institucionalização na qual o planejamento foi visto “[...] como diretamente ligado à coordenação não apenas das relações setor público versus privado, como das próprias atividades dentro do setor público, em decorrência de sua intensa participação na atividade econômica.” (SCHMITZ, 1985, p. 27).

Instituído pela Lei 2.772, de 21 de julho de 1961, o PLAMEG I foi a primeira tentativa de realização de um plano global de ações governamentais no governo estadual. Celso Ramos (1961-1965), ao terminar seu mandato, deixou aprovada a continuação de suas propostas de ação, concretizadas no governo Ivo Silveira (1966-1970), no PLAMEG II. O plano destinava-se “[...] à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento social e econômico do Estado.” (SCHMITZ, 1985, p. 20).

Dessa forma, os primórdios da década de 1960 demarcam o esforço do governo catarinense para deflagrar o processo de modernização no estado. Para atingir os objetivos propostos, foi criado o primeiro Gabinete do Planejamento, como órgão formulador de políticas públicas e de controle. O planejamento é colocado como uma intervenção social importante para modernizar a sociedade catarinense. Como procedimento científico, emergiu como principal aliado na implementação e justificação das políticas propostas pelo estado na busca por melhores “[...] condições de vida do homem; a infraestrutura; a expansão agrícola e industrial, discriminadas em setores.” (SCHMITZ 1985, p. 20). O Plameg/I esteve direcionado à resolução dos problemas infra-estruturais do estado, enquanto que o Plameg/II, sancionado pela Lei nº 3.791, de 3 de dezembro de 1965, era “[...] destinado a promover a expansão da



economia e impulsionar o desenvolvimento social do Estado, consideradas as condições propiciadas pelo Plano anterior.” (SCHMITZ, 1985, p. 21).

A institucionalização da técnica social de planejamento ocorre a partir do momento no qual é compreendido como fator de coordenação das relações, não somente entre o setor público e o privado, mas, e principalmente, como coordenador das próprias atividades no interior do setor público, devido à sua intensa participação na vida econômica do Estado. Amorim (1984, p. 7-8), fundamentada em Karl Mannheim, afirma que o planejamento decorre da “racionalização do processo histórico” e que tal racionalização é “uma das consequências da industrialização” e “[...] implica a racionalidade funcional [...] organização da atividade dos membros da sociedade em função de finalidades objetivas, o que supõe papéis definidos e objetivos traçados por quem dirige o processo de racionalização.”

Elucida, ainda, que planejar, no contexto dos anos 1960, aparece como uma forma de controle social, o que se faz por meio da manipulação dessa técnica, que permite utilizar métodos e procedimentos específicos para influenciar os comportamentos humanos, objetivando garantir o funcionamento da ordem social, influenciando adequadamente, além dos comportamentos, as atividades humanas.

Como projeto amplo de desenvolvimento, que comportava em si planos setoriais, emergiu uma preocupação específica com o desenvolvimento e consolidação do campo educacional, pois o desenvolvimento econômico e social é impensável sem considerar as condições de educação e de formação do povo. Criam-se, entre 1963 e 1965, o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (Cepe), a Faculdade de Educação (Faed), pilares a partir dos quais se erigiu a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc) em 1965.

Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais: *lócus* da institucionalização da pesquisa em educação

Essa instituição, criada em Santa Catarina no ano de 1963, foi responsável pela institucionalização da pesquisa educacional no estado. Ao desenvolver pesquisas sobre a educação catarinense, contribuía, potencialmente, para fundamentar cientificamente as políticas públicas para o setor



educacional. Sua criação evocou a presença de técnicos¹⁰ para pesquisar e pensar as condições do processo educacional catarinense, fundindo o trabalho técnico com as decisões políticas, sem as quais todo o esforço se tornaria ineficaz, conforme já orientado pelos peritos Torfes e Debrun. Jacques Torfes, além de participar do Ceose, colaborou com a realização de pesquisas elaboradas pelo Cepe.

Nos primeiros dez anos de sua existência, foi uma instituição que atuou no meio educacional catarinense, ganhando destaque por seu intenso trabalho de realização de pesquisas, por seus subsídios à elaboração do Plano Estadual de Educação e à “[...] preparação de recursos humanos para a educação.” Nesse decênio, “[...] os estudos e pesquisas realizados [...] serviram de base às tomadas de decisões sobre as mudanças na área pedagógica e administrativa da educação estadual.” (LINS, 1999, p. 51).

Podemos distinguir dois períodos no processo de produção das pesquisas: o primeiro diz respeito à elaboração de pesquisas de menor fôlego, mas não menos importantes, realizadas durante os anos de 1964 e 1965¹¹. Em 1964, foram quatro pesquisas: *A zona rural da Ilha de Santa Catarina*; *A marcha da repetência nas escolas primárias de Santa Catarina*; *Movimento escolar primário de Florianópolis em 1963* e *Dados básicos para o delineamento da subárea cultural dos campos de Lages*. Em 1965, efetivaram-se mais nove pesquisas: *A formação do professor e o currículo na escola primária (1ª série)*; *Áreas suburbanas e marginais de Florianópolis*; *Preliminares para a compreensão do desenvolvimento do processo educacional primário do Vale do Itajaí*; *Subsídios ao plano quinquenal de educação do Estado de Santa Catarina* e *Levantamento das crianças que não estão frequentando escola no município à base do Censo Escolar*. (SANTA CATARINA, 1966).

O segundo, abrange três pesquisas, marcadas pelo espírito de renovação da ciência e da pesquisa, que, de 1966 a 1971, eram influenciadas pelo impulso de transformação decorrente dos anos seguintes à Segunda Guerra, período no qual à educação se atribui um papel central no projeto desenvolvimentista estadual, que pretendia atender ao homem, ao meio e à expansão econômica.

As três principais pesquisas visavam diagnosticar a educação catarinense em seus diferentes níveis: a pesquisa “*Sobre a condição do processo educacional em Santa Catarina*”, realizada em 1966 e publicada em 1967,



objetivava obter dados globais acerca do processo educacional que vigorava no estado; a pesquisa “*Expansão da Escolaridade Primária até a 6ª série*”, realizada em 1967 e publicada em 1968, dá continuidade à anterior, tendo-se proposto a “[...] investigar em profundidade sobre problemas na ampliação do ensino primário de quatro para seis séries.” (SANTA CATARINA, 1976, p. 11). Finalmente, a pesquisa “*Evasão escolar e repetência nas comunidades pesqueiras de Santa Catarina*”, desenvolvida também em 1967, priorizava “[...] caracterizar a escola nas comunidades pesqueiras, através de observação *in loco* [...] levantar dados estatísticos da população geral e da população infantil das comunidades pesqueiras [...] e estabelecer um *gradient* em termos do desenvolvimento do litoral pesqueiro.” (SANTA CATARINA, 1967, p. 1).

O CEPE também promoveu seis cursos de aperfeiçoamento de professores rurais, atendendo a 1.105 professores, e ainda:

[...] sete missões de assistência técnico-pedagógica [...] revisão dos programas para o ensino normal; participação dos técnicos do CEPE nos cursos sobre orientação didática para diretores de grupos escolares, professores de Didática dos colégios normais e supervisores de escolas. (LINS, 1999, p. 53-54).

Os seminários que discutiam “[...] os problemas que entravam o maior rendimento do ensino primário comum e ensino médio [...]” (SANTA CATARINA, 1966, p. 1) tinham como participantes técnicos do Cepe e inspetores escolares. A criação do Cepe e a realização de pesquisas em educação foram responsáveis pela modernização da educação catarinense, visto que passou a ser organizada dentro de padrões e técnicas científicos, como o planejamento, diluindo o caráter de experimentação que se desenvolvia até então de acordo com as concepções educacionais daqueles que exerciam o poder.

Ao mesmo tempo, as pesquisas geraram informações que contribuíram de modo contundente para as discussões travadas no Ceose catarinense, juntamente com os peritos da Unesco e as autoridades educacionais do estado. Essas pesquisas permitiram entender as feições da educação no contexto dos anos 1960.



Sistema Educacional Catarinense: feições desenhadas pela pesquisa e avaliadas pelo Ceose

As sugestões que emergiram do debate entre os peritos da Unesco, Debrun e Torfes, e os educadores catarinenses subsidiaram as políticas públicas educacionais do Estado, traçadas a partir da prática do planejamento e lhes conferiram legitimidade. A medida mais urgente para os peritos consistia na necessidade premente de implementar uma grande reforma administrativa na então Secretaria de Educação e Cultura, como primeiro traço da nova face a ser proposta para a educação catarinense.

Com base nessa necessidade, novos traços vão se delineando para a percepção dos princípios de reforma em Santa Catarina. Como indicam Debrun e Torfes, a existência de inúmeros órgãos ligados à Secretaria de Educação, ocasionada pelo não-reconhecimento de similaridades entre problemas educativos ou instâncias de competências encarregadas das resoluções de novos ou antigos problemas, era um dos aspectos apontados. Os técnicos Debrun e Torfes, para exemplificar, consideravam incomum que à Diretoria dos Serviços de Extensão se atribuíssem:

[...] serviços que deveriam pertencer, normalmente, quer ao Departamento de Educação (Orientação Vocacional e Profissional, Cursos Extraordinários), quer à Diretoria de Administração (Prédios e Equipamentos), quer ao Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (levantamentos, estudos e pesquisas pedagógicas, Orientações, Documentação e Informações. (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 1).

Tais condições eram consideradas por eles manifestações visíveis de uma administração não planejada. De acordo com eles, para minimizar esse problema era preciso descentralizar a máquina administrativa, conceder autonomia para algumas decisões, dar um tratamento mecanográfico às informações, o que resultaria numa separação entre as áreas administrativas e pedagógico-culturais. Essas modificações aliviariam a máquina administrativa, sem provocar entre elas uma separação estanque. O planejamento contribuiria para conter o crescimento desmedido da máquina administrativa e a desobrigaria da realização material de tarefas executivas, permitindo recorrer, sempre que necessário, a execuções indiretas.



A reforma na secretaria era condição primeira de uma política administrativa racional e eficiente, por sua dupla função: ser a fonte primeira de informações de problemas de pessoal e material no estado, e também instrumento de execução do plano educacional. Dessa maneira, “[...] dentro da faixa do planejamento, devem-se distinguir os que definem as diretrizes e normas dos técnicos que as traduzem em metas concretas escalonadas no tempo, sendo, esses últimos, executivos de um tipo particular.” (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 4). Isso implica que as instâncias máximas do planejamento não podiam ficar assoberbadas com tarefas de caráter rotineiro, todavia não menos importantes, como referido anteriormente.

O ato de planejar exigiria “dedicação quase integral”, visto que se exauria o “[...] tempo em que, tanto em nível federal como estadual, planejar significava decretar algumas metas quantitativas e qualitativas, e os prazos de sua realização – de modo mais ou menos arbitrário, inspirado por uma vaga intuição da circunstância brasileira, das suas necessidades e possibilidades.” (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 5).

Planejar implicava fugir das práticas governamentais indolentes, ultrapassar os limiares de interpretações dos fenômenos sociais para propor ações e erigir políticas educacionais. Compreendendo-se que tal exercício era dinamizador da sociedade e que competia ao Poder Executivo, por ser mais atuante no campo da política econômica, traçar tais ações, cria-se o Gabinete do Planejamento, vinculado diretamente ao chefe do Poder Executivo. (AMORIM, 1984). Concordando com os peritos da Unesco, Sílvio Coelho dos Santos¹² ressalta que a origem do estrangulamento do sistema de ensino era a falta de previsão dos educadores e o conseqüente hábito de improvisação. Para ele, se:

[...] o desenvolvimento nos países não ou semi-industrializados, tem maiores possibilidades de ser atingido pelo uso da técnica do planejamento, não cremos que os educadores possam se furtar ao uso dessa técnica, caso desejem efetivamente ajustar o sistema de ensino às expectativas de desenvolvimento. (SANTOS, 1968, p. 8).

Dentre vários problemas acerca do Ensino Primário, foram enfatizados os que dizem respeito à expansão quantitativa do sistema; problemas do ensino - currículos, programas e problemas do professorado (magistério) que, por se constituir de importância estratégica, deveria ser atendido por um



órgão específico, denominado “Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário”, a ser criado.

A criação desse órgão propiciaria a adoção de medidas como melhoria dos salários e das condições de vida, estabilidade de emprego e formação de um professorado bem-treinado e disciplinado, com capacidade de liderança intelectual e moral nas comunidades isoladas. Tais medidas certamente não solucionariam a questão da formação do professorado; porém, contribuiriam fortemente para que, segundo os técnicos da Unesco, esse problema fosse paulatinamente resolvido.

Ainda sobre o professorado, no item 4 do Documento nº 2 do Ceose, que trata dos “Problemas do Professorado”, Torfes e Debrun (1967, p. 10) apontam dois argumentos: o primeiro é de que, “[...] a longo prazo, a existência dos leigos deve ser interpretada como uma aberração do sistema educacional, que somente poderia ser resolvida através da introdução de um novo sistema de planejamento.” O segundo argumento é o da aplicação de recursos. Os peritos apontam para as muitas explicações oficiais para a existência de professores leigos. Entre elas, duas se destacam: a escassez do número de normalistas e a ausência de fundos disponíveis e necessários ao estado para remunerar bem os professores. Tais explicações são infundadas, conforme os peritos, que afirmam existir sim “[...] razões **políticas**¹³ e culturais que levam a um aumento do número de leigos. A inércia dos líderes educacionais e seu desejo de fazer concessões políticas contribuem para cristalizar esta situação.” (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 11).

Compreendida a gravidade do sistema educacional, desvelada especialmente pela constatação do mau funcionamento da máquina administrativa, a realização do Ceose em Santa Catarina contribuiu para evidenciar questões entendidas como fundamentais para o projeto de modernização proposto por Celso Ramos para o período de 1961-1965, no qual os recursos humanos eram considerados imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social. Preparar esses recursos era função da educação, pois, no contexto em questão, era entendida como promotora do crescimento econômico. No interior de organizações internacionais, como a Unesco, apostava-se na educação não só como fator de transformação da mentalidade social, mas simultaneamente como motor e consequência do desenvolvimento.

No conjunto de circunstâncias dos anos 1960, a Unesco:



[...] apresentava-se, no contexto internacional, como a organização por excelência dos países capitalistas desenvolvidos, com uma opção muito marcada, no campo das suas recomendações sobre política educativa, pela ligação dos sistemas de educação às necessidades de crescimento industrial e, em geral, ao desenvolvimento da economia. (TEODORO, 2001, p. 136).

Essa instituição assume o “[...] estatuto de legitimação científica e econômica do clima de euforia [...], que marca a expansão dos sistemas educativos nos anos sessenta e setenta [...]” (TEODORO, 2001, p. 132), contribuindo definitivamente para a composição do binômio educação e desenvolvimento, que se preocupa em vincular a educação à economia. (AMORIM, 1984).

A educação se projeta como um processo eficaz, contribuindo para harmonizar o homem aos objetivos do Estado:

A educação em si, entretanto, não é mola do desenvolvimento. Particularmente nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, e educação deve ser ajustada às expectativas de progresso econômico da sociedade, e por essa forma ser entendida como **investimento**¹⁴ e não como consumo. (SANTOS, 1970, p. 30, grifo do autor).

Consideramos que, para estabelecer a relação entre desenvolvimento econômico e educação, era necessário seu ajustamento à realidade social catarinense. A educação de base, a educação primária no estado não permitia uma relação estreita entre educação e desenvolvimento e essa era a principal preocupação dos peritos Torfes e Debrun. Após acessarem os dados coligidos pela pesquisa *Sobre as condições do processo educacional em Santa Catarina*, abordam os problemas de alta prioridade:

- a) mais de 120.000 dos 180.000 alunos da primeira série da escola primária e mais de 150.000 dos 400.000 alunos matriculados em todas as séries primárias em 1966 eram repetentes;
- b) 84% dos estabelecimentos escolares são escolas isoladas onde fica claramente impossível proporcionar uma educação adequada a quatro séries;
- c) mais de 70% dos professores são leigos;
- d) são deficientes e incompletas as informações quantitativas sobre a operação e os custos do sistema;
- e) são antiquadas e inadequadas as técnicas de

administração e controle técnico-pedagógico do sistema de ensino primário. (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 1).

Ajustando-se às preocupações da Unesco relativamente a problemas relacionados à repetência e à deserção, os peritos indicam soluções como desdobramento da primeira série primária; desenvolvimento do ensino pré-primário; modificação do programa da primeira série primária; redistribuição dos professores e melhoramento do magistério.

Eles consideram que as políticas voltadas à resolução dos problemas da educação teriam êxito se não se limitassem às competências específicas do governo estadual, constituindo-se “[...] uma política no Estado, não apenas do Estado.” (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 5). Quanto a ultrapassar os limites do estado e aproximar-se das políticas nacionais e internacionais pensadas para a educação no contexto dos 1960, a contribuição da Unesco, por meio dos mencionados peritos, culminou na elaboração do primeiro Plano Estadual de Educação, que vigorou de 1969 a 1980.

Plano Estadual de Educação (PEE): concretização do planejamento para a educação

Para a formulação das políticas educacionais no Brasil, no período em análise, houve necessidade de “[...] legitimação e da assistência técnica [...] e da planificação educacional, núcleo duro das teorias da modernização, tão em voga nesse período de euforia, em que a educação se tornou um instrumento obrigatório da auto-realização individual, do progresso social e da prosperidade econômica.” (TEODORO, 2001, p. 127).

A atenção especial às questões da educação pré-primária e do professorado catarinense denota a necessidade de firmar ainda mais as bases da educação, o que já se concretizava com os trabalhos de pesquisa realizados pelo Cepe, o que, de certo modo, se consolidou com a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE 1969-1980), expressão máxima da prática do planejamento voltado às questões educacionais. O PEE foi elaborado dentro da perspectiva que atribui fundamental importância à Educação, na análise consagrada com a denominação Educação para o Desenvolvimento.

A partir de 1965, o MEC vinculou o recebimento de recursos federais destinados à educação ao planejamento dos sistemas de ensino dos estados.



Havia condições para isso, uma vez que “[...] organizações internacionais e instituições especializadas oferecem assistência técnica [...]” e o “[...] financiamento é condicionado à apresentação de projetos e planos vinculados à planificação globalizada e focalizadora da problemática que se pretenda solucionar e superar.” (SANTA CATARINA/PEE, 1969, p. 2). Com vistas a superar os problemas educacionais em Santa Catarina, foi implantada uma Comissão Superior de Estudos constituída pelo Decreto N° SE – 25–7–1968–7.023, com a tarefa de elaborar o primeiro PEE.

As expectativas em torno da elaboração de um plano eram que refletisse uma nova política educacional no estado, corrigindo distorções administrativas, técnico-pedagógicas, por meio de estudos realizados pela Comissão Superior de Estudos, criada em 1963. Também o Conselho Estadual de Educação (CEE), atendendo a orientações do Conselho Federal de Educação (CFE), solicitou estudos ao Cepe para subsidiar um plano educacional para o estado.

Desse modo, foi elaborado um documento para servir de subsídio “[...] para o conselho estabelecer o planejamento da educação catarinense. O Cepe, através do trabalho de equipe [...], elaborou e publicou um trabalho com o título ‘subsídios ao plano quinquenal de educação do Estado de Santa Catarina – 1966/70’”. (SANTOS, 1970, p. 17). Devido à ausência de uma equipe técnica em seus quadros funcionais, não cabia ao CEE senão aprovar o plano educacional.

No Documento n° 2, do Ceose, no item que trata dos “Princípios de Reforma Administrativa”, Torfes e Debrun consideram que as atribuições conferidas ao CEE nas questões relativas ao planejamento não permitiam interpretar esse órgão como o responsável direto pela elaboração desse planejamento:

Seus membros, em primeiro lugar, não poderiam se dedicar continuamente a tal tarefa, a qual, todavia, pela diversidade e complexidade dos seus aspectos, exige uma dedicação quase integral [...]. O conteúdo pormenorizado dos planos deve ser obra de técnicos; e os membros do Conselho não o são forçosamente, em que pese ao seu valor como educadores. Enfim, a elaboração das diretrizes fundamentais do planejamento implica um certo recuo, uma certa distanciação em relação às pesquisas, cálculos, micro-ajustamentos interdepartamentais (dentro da esfera educacional) e intersetoriais (entre educação e outros setores), graças aos



quais o plano se transforma num documento acabado. (SANTA CATARINA/CEOSE, 1967, p. 5).

Ao se delimitarem as funções do CEE, do Cepe, na elaboração técnica do plano, procurou-se seguir as sugestões e orientações dos peritos da Unesco; no entanto não foi o que ocorreu, visto que a Comissão Superior de Estudos e o Grupo de Trabalho formados para elaborar o plano eram constituídos em sua totalidade por conselheiros do CEE. (AMORIM, 1984).

A elaboração do documento *Subsídios ao Plano Quinquenal de Educação do Estado de Santa Catarina (1966-1970)* precedeu a concretização do Plano Estadual de Educação no estado, que contribuiu para a ordenação das ações e a substituição do “[...] acaso pela segurança e do fortuito pelo certo.” (ABREU apud AMORIM, 1984, p. 44). Esse documento foi elaborado a pedido do Conselho Estadual de Educação (CEE), pelo grupo que compunha o Serviço de Levantamento, Pesquisas e Inquéritos do Cepe, como modo de assessorar a Comissão Especial do CEE, no aspecto de construir dados sobre o sistema educacional catarinense antes das pesquisas aprofundadas realizadas, posteriormente, pelo Cepe. Esse documento já previa a necessidade de uma “série de atividades e atos técnico-administrativos de todas as instituições e indivíduos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo educacional” (SANTA CATARINA, 1965, p. 3), o que, posteriormente, foi ratificado pelos peritos Torfes e Debrun. Com relação à transformação do sistema de ensino catarinense, tal segurança foi balizada pelas pesquisas realizadas pelo Cepe e pelas discussões travadas no Ceose em 1967.

Tanto as pesquisas realizadas pelo Cepe, quanto os relatórios do Ceose elaborados por Torfes e Debrun, consideraram que a questão educacional em Santa Catarina se regia por diretivas e concepções de educação de quem se encontrasse à frente das instituições educacionais: era administrada de forma turbulenta e paliativa; os recursos, além de não planejados, não supriam as reais necessidades do processo em vigor, além de gerarem desperdício e maior ônus à máquina pública.

Pelos conhecimentos com origem nas pesquisas e nas discussões proporcionadas pelo Ceose, considerava-se imprescindível ponderar as tendências demográficas, a urbanização, o avanço tecnológico, os meios de comunicação, a dependência da União para a tomada de decisões e, sobretudo, os



recursos humanos qualificados, fossem os que atuavam no sistema de ensino, fossem os representantes do poder estadual, assim como a existência de “[...] instituições capazes funcionalmente de executá-los.” (SANTOS, 1970, p. 18).

O primeiro Plano Estadual de Educação, ao abordar a questão econômica, considera que, quanto maior o grau de instrução e de profissionalização, maior a confiança do indivíduo em si mesmo no sentido de acreditar-se capaz de progredir e de “[...] participar do esforço comum para o desenvolvimento nacional [...]”, e maior será sua capacidade de “[...] situar-se dentro de uma nova conjuntura socioeconômica.” (SANTA CATARINA/PEE, 1969, p. 2).

A educação, de acordo com o PEE, desempenha um papel relevante como meio de aceleração do desenvolvimento e como promotor do progresso tecnológico, pois este depende estreitamente do desenvolvimento educacional. A educação assegura a especialização do trabalho e a capacitação do elemento humano no uso das tecnologias, fatores preponderantes na organização do trabalho moderno. Assim, o justifica o PEE:

Relativamente ao progresso social, a educação possibilitará que todas as categorias sociais participem do desenvolvimento econômico, promovendo a valorização do homem e assegurando a democratização de oportunidades. É ainda a educação instrumento poderoso na formação de esclarecida consciência democrática, estabelecendo condições para a criação de valores espirituais, morais e cívicos, que afirmem a nacionalidade. (SANTA CATARINA/PEE, 1969, p. 2).

Ao relacionar educação e desenvolvimento, o PEE considerava o século XX, por conta do aperfeiçoamento dos meios de produção, “o século do planejamento”, da velocidade dos processos de comunicação, pela urgência das sociedades de garantirem as formas de subsistência para o bem-estar social e pela crescente demografia. Era essencial ordenar as ações governamentais pelo viés dos planos de desenvolvimento social e econômico. O Plano Estadual de Educação era um plano setorial, dependente, de um plano global, de seus objetivos; a educação sozinha não teria como atingir o desenvolvimento. Era necessário, igualmente, um conjunto de esforços em termos de “ações econômicas, de saúde, de vida social”, agregados à consciência da importância dos planos e à vontade de desenvolver-se, segundo defendia o PEE.



Para ser determinante no processo de desenvolvimento, a educação deveria ter objetivos claros. Para Santa Catarina, são delineados cinco principais, que eram: formar mão de obra necessária e qualificada para o sistema produtivo; aumentar a renda individual e imprimir novos hábitos e consumo; instaurar novos patamares de mobilidade social; fornecer novos valores transformadores da percepção de mundo tradicional e fixar condições para a participação particular nos mecanismos institucionais, referentes às decisões da sociedade global. (SANTA CATARINA/PEE, 1969).

Segue-se que educação e economia devem correr lado a lado, pois a economia não atinge plenitude sem suficiência técnica e mão de obra especializada e falta de consumidores de bens produzidos. Sem a educação, por sua vez, fica inviabilizada a possibilidade de emergirem novas tecnologias. Para o desenvolvimento do PEE, essas perspectivas eram essenciais para ajustar o sistema de ensino às propostas de progresso social para o estado.

Para que a educação catarinense atendesse às propostas da Unesco por meio da orientação de seus representantes, os peritos Jacques Torfes e Michel Debrun, e do Ministério da Educação e Cultura por meio da realização dos CEOSE, a clareza de objetivos requerida pela educação foi interpretada em Santa Catarina como a extensão da escolaridade obrigatória, o que se realizou com a criação do ciclo básico de oito anos de ensino no ano de 1969 (fusão do antigo ensino primário com o ensino ginásial, também conhecido como médio do 1º ciclo).

Ao adotar essa medida, foi suprimido o exame de admissão (comprovação por meio de provas da aptidão para ingressar no ginásio) e se estabeleceu a obrigatoriedade escolar para as crianças dos 7 aos 14 anos em Santa Catarina, ou seja, oito anos ininterruptos de escolarização, de acordo com o Plano Estadual de Educação. Essa ampliação da escolarização representaria, posteriormente, uma das mudanças essenciais na Lei nº 5.692/71, que dispõe sobre a reforma de 1º e 2º grau, justificada pela incorporação da força de trabalho e de consumo de amplos segmentos sociais e pela evolução das técnicas de produção e modos de vida em uma sociedade governada pelos padrões científicos. (AMORIM, 1984).

O aumento da escolarização era procedimento decisivo para a industrialização pretendida, tanto em termos de políticas nacionais, quanto catarinenses. Justifica-se, desse modo, o binômio educação/economia, quando



a educação objetiva preparar o jovem catarinense para, aos 14 anos, exercer funções específicas e compatíveis na sociedade. Tal binômio é ratificado no Plano Estadual de Educação quando defende que “[...] a educação [...] deve correr paralela ao processo econômico.” (SANTA CATARINA, 1969, p. 3).

Enfim, “[...] tanto a política nacional como a política estadual foram traçadas com assistência técnica de entidades internacionais.” (AMORIM, 1984, p. 102). A questão da ampliação da escolaridade é um dos pontos fundamentais das ‘políticas de ajuda’ para o desenvolvimento.

A importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico não consiste em responsabilizá-la por todo o progresso social; por outro lado, não se pode considerá-la com um processo isolado e desarticulado das metas econômicas da sociedade. Urge “[...] aceitar que a educação deva estar vinculada a um conjunto de requisitos ideais que garantam a curto, médio e longo prazo, a concretização dos anseios de uma sociedade que busca sua realização.” (SANTA CATARINA/PEE, 1969, p. 3).

Santos sugere que as principais medidas a curto prazo, no aspecto referente ao ensino primário, deveriam ser:

- a) adequar os currículos à realidade;
- b) redistribuir as unidades escolares, prevendo a eliminação progressiva das escolas isoladas (devido ao baixo rendimento dessas unidades);
- c) reformular os cursos de formação de professores, visando adequar a formação dos novos mestres e, simultaneamente, criar ambientes necessários à programação de ‘reciclagem’ para os professores em exercício. (SANTOS, 1970, p. 21).

A essas exigências, fazia-se mister atrelar uma filosofia da educação fundada nas expectativas de progresso econômico e social defendidas pelo Estado, desburocratizar a máquina administrativa da educação, eliminar a influência política do sistema educacional, implantar classes preparatórias ao primário a fim de diminuir os altos índices de reprovação ocorridos na 1ª série, não se dedicar a resoluções de problemas do presente, não se limitar à educação primária estendendo-se ao ensino médio do 1º ciclo que deveria ser unificado. (SANTOS, 1970). Essas decisões eram fundamentais para “[...] se romper com o desequilíbrio existente entre o sistema de ensino e o processo de desenvolvimento econômico do Estado.” (SANTOS, 1970, p. 23).



Reflexões finais

Ao assumir novas funções políticas e econômicas, o Estado brasileiro amplia de modo decisivo, após 1964, o planejamento governamental, o que provoca o agigantamento da burocracia pública que o respalda tecnicamente, ascendendo em importância na determinação dos rumos econômicos e das outras esferas sociais. Estatísticos e economistas são incorporados pelo Poder Executivo para, em órgãos de planejamento, “[...] formular, executar e controlar as políticas governamentais, induzindo à hipertrofia crescente deste poder, em detrimento dos demais.” (AMORIM, 1984, p. 122). Planejar enreda “[...] o crescimento em importância do Poder Executivo e, no caso brasileiro, decorreu disso a ampliação de sua estrutura administrativa.” (AMORIM, 1984, p. 123).

Santa Catarina/Brasil, na década de 1960, simultaneamente à preocupação com o planejamento da educação, objetivava melhorar o sistema de controle das ações empreendidas no setor educacional, como um processo sistemático e contínuo, para institucionalizar o processo de planejar. Para tanto, não bastava elaborar um plano específico para a educação com o intuito de “[...] alocar racionalmente meios e objetivos [...]” (AMORIM, 1984, p. 112) e disciplinar o uso de recursos materiais e humanos à disposição, para cumprir os objetivos em tempo hábil.

O planejamento, em sentido amplo, e o planejamento educacional, em caráter específico, “[...] eram vistos em Santa Catarina [...] como instrumentos úteis para a definição racional das políticas governamentais [...]” (AMORIM, 1984, p. 123), já que os planejamentos disciplinariam a “[...] aplicação e o uso de recursos materiais e humanos disponíveis para atingir os objetivos estabelecidos nos prazos determinados.” (SANTOS, 1970, p. 53). Assim, juntamente com os objetivos estabelecidos, foram tomadas algumas diretrizes que visavam a “[...] racionalizar o processos administrativo como forma de garantir que as decisões tomadas fossem executadas [...] medidas que melhorassem o processo de controle sobre as ações previstas.” (AMORIM, 1984, p. 123).

A sistematização do planejamento se materializou em algumas ações, dentre as quais podemos destacar: a criação da Comissão de Implantação do Planejamento em 1969, que visava programar as atividades necessárias à sua execução; essa comissão, por sua vez, instituiu grupos de trabalho para elaborar o currículo e os programas do ciclo básico e do médio; estruturar o Serviço



de Informação Estatística e Cadastro e o Serviço de Assistência Escolar; fixar critérios de execução da Reforma Administrativa da Secretaria de Educação, para propiciar condições para a execução da política para o Plano Estadual de Educação 1969/1980.

Essa reforma foi possível, em grande medida, graças às orientações dos Ceose (MEC-UNESCO) ainda no ano de 1967, à elaboração do anteprojeto do Estatuto do Magistério e ao levantamento dos projetos e programas a serem cumpridos no ano de 1970. (AMORIM, 1984). Outra medida importante realizada pela Comissão de Implantação foi a preparação da estrutura da Assessoria de Planejamento, que tinha como função primordial “[...] implementar e controlar a execução dos Planos de Educação[...]” (AMORIM, 1984, p. 123); deveria ser fixada junto à Secretaria de Educação e era uma resposta “à necessidade de montar um suporte burocrático útil à racionalização das atividades do setor educacional em Santa Catarina.” (AMORIM, 1984, p. 124).

A participação dessa comissão no processo foi encerrada, em 1970, quando tanto a nova estrutura da Secretaria de Educação quanto a Assessoria de Planejamento já eram realidades. Essa assessoria exerceria função de implementação e controle, pois assessorava os órgãos de execução, examinava os relatórios por ele emitidos e revisava, anualmente, o plano elaborado para a educação, visando garantir eficiência e eficácia ao processo de planejamento, visto que, politicamente, apresentavam fragilidade, e por ser para os técnicos da burocracia pública uma questão técnica.

A Assessoria de Planejamento criou, em primeira instância, o Grupo de Planejamento para cumprir o “[...] convênio celebrado entre Secretaria de Educação, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e a Diretoria de Ensino Secundário do Ministério de Educação e Cultura, tendo em vista os acordos entre o Ministério e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional [...]” (AMORIM, 1984, p. 115), convênios que perduraram, desde 1965, até 1971. Como requisito para a ajuda internacional à educação brasileira e catarinense, exigia-se “[...] tanto a elaboração de planos como o compromisso de manter uma estrutura organizacional mínima, bem como a organização de um sistema de assistência técnica.” (AMORIM, 1984, p. 120). Concretiza-se em Santa Catarina a sistematização do planejamento educacional, que tem, no Plano Estadual de Educação 1969/1980, o marco inicial. O planejamento é então “[...] a possibilidade de coordenação das várias esferas da vida social [...]” (AMORIM, 1984, p. 124), o que se



afirma em Santa Catarina quando ocorre o planejamento global (PLAMEG I), seguido pelo planejamento educacional, planejamento global e planejamento educacional, ao traçar objetivos e definir meios para obtê-los, “[...] limitaram as opções e comportamentos de diversos grupos sociais que compunham a sociedade catarinense naquele momento histórico [...]” (AMORIM, 1984, p. 125) e permitiram reorganizar o sistema de poder, beneficiando uns grupos em detrimento de outros.

Santa Catarina se compromete então em manter as condições exigidas para obter os financiamentos, ou seja, sistematizar o planejamento da educação para estabelecer um controle para que os objetivos ligados à educação fossem atingidos. Além disso, planejar a educação permitiu seguir as orientações políticas para a educação emanadas do poder público estadual de modo mais eficaz, isto é, a vinculação da educação ao desenvolvimento econômico pretendido para Santa Catarina e, ainda, a atribuição à educação da tarefa de formar de maneira adequada a força de trabalho; criar novos hábitos de consumo; estabelecer novos padrões de mobilidade social e divulgar os valores específicos da sociedade urbano-industrial. (AMORIM, 1984, p. 125).

122

Notas

1. O texto foi apresentado de modo mais condensado no Evento Internacional Standing Conference for the History of Education (ISCHE), em São Luis do Potasi (México), realizado em julho de 2011.
2. Entendem-se como países semiperiféricos aqueles que contabilizam a globalização hegemônica de modo mais incerto e nos quais seus resultados são os mais imprevistos. Neles, as agitações e as divisões aparecem com maior intensidade. Esses países possuem uma capacidade relativa para acumular as vantagens e uma vulnerabilidade tolerável frente aos riscos oferecidos pela globalização hegemônica. Podem tomá-la como fundamento para elevar-se nas hierarquias do sistema mundial ou servir-lhe de montaria, o que os leva a baixar de nível nessa hierarquia. (BOAVENTURA SANTOS, 2001).
3. A Unesco é um órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), integrada por 71 países e por uma Conferência Geral que estabelecia programas bienais e estimulava o intercâmbio e a divulgação cultural, tendo participação importante na América Latina e contribuindo no Brasil para o desenvolvimento de pesquisas educacionais e sociais. (XAVIER, 1999).
4. Amorim (1984, p. 82) indica que foi “[...] especialmente após 1964 que a ajuda externa americana se faz presente no Brasil, assessorando a administração pública [...]” e que a “Agency for International Development (AID) entra nesse momento em cooperação financeira e assistência técnica nos acordos específicos da educação conhecidos por acordos MEC/Usaid, firmados e executados entre os anos 1964 e 1968 – alguns com vigência até 1971. Os acordos abrangem



- o sistema educacional em todos os níveis (primário, médio e superior) nos aspectos de reestruturação administrativa, planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico.”
5. Para fazermos referência aos Colóquios Estaduais para a Organização dos Sistemas de Ensino, de agora em diante, será usada sigla Ceose.
 6. A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
 7. A instituição de pesquisa Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais será daqui para diante referida como Cepe.
 8. Instalou-se no Brasil um regime autoritário militar, ultimado por um golpe de Estado no ano de 1964, que retirou do poder autoridades constitucionais. (SROUR, 1982).
 9. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
 10. O grupo inicial, sob a coordenação da professora Maria da Glória Mattos, assessorada por Sílvio Coelho dos Santos, realizou, no período de 6 de outubro a 30 de dezembro de 1963, as ações necessárias à implantação e operação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/ Cepe. (MELO, 2008).
 11. O segundo período reinicia-se em 1974, quando a instituição sofreu mudanças significativas em relação à composição da equipe técnica, dos pesquisadores e colaboradores. Observa-se que ocorreu um deslocamento temático, no qual as questões psico-pedagógicas e cognitivas prevalecem. Essa temática se evidencia nas próprias pesquisas desenvolvidas: *“Dificuldades na iniciação da aprendizagem”* (1970), que buscava compreender as dificuldades na alfabetização das 2.943 crianças da 1ª série da rede pública de Florianópolis; *“Estudos sobre problemas de aprendizagem”* (1973/1974 – não publicada), que pretendeu acompanhar “85 alunos remanescentes da amostra anterior, os quais não estavam ainda alfabetizados no ano de 1973, já no seu 4º ano de escolaridade” (SANTA CATARINA, 1976, p. 38); *“O aluno de aprendizagem lenta do ensino de 1º grau”* (1973/1974), que tinha como foco identificar o “[...] aluno de aprendizagem lenta, deficiente físico e mental para atendimento em classes especiais.” (SANTA CATARINA, 1976, p. 51).
 12. Sílvio Coelho dos Santos integrou a equipe do Cepe, desde a criação da instituição até 1970, quando dela se desligou, recolhendo-se à academia. Assumiu a docência na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dedicando-se aos estudos antropológicos, tônica de sua formação, desenvolvendo especialmente estudos etnológicos dos povos indígenas de Santa Catarina. Porém, a partir de sua atuação no Cepe, desenvolvendo pesquisas em educação, iniciou sua trajetória intelectual, reconhecida nacional e internacionalmente na área da Antropologia.
 13. Grifo dos autores Michel Debrun e Jacques Torfs.
 14. Grifos do autor.
 15. O grupo inicial, sob a coordenação da professora Maria da Glória Mattos, assessorada por Sílvio Coelho dos Santos, realizou, no período de 6 de outubro a 30 de dezembro de 1963, as ações necessárias à implantação e operação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/ Cepe. (MELO, 2008).



Referências

AMORIM, Maria das Dores Daros de. **Plano Estadual de Educação**: concretização das orientações políticas da educação. 1984. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**. Assistência técnica aos estados no Campo da Educação. Brasília: MEC, 1967. (Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Educação – CEOSE).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**. Informação prévia. Brasília: MEC/INEP/COESE, 1967. (Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Educação – CEOSE).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixava as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2011.

_____. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del0200.htm>> Acesso em: 10 mar. 2011.

CLEMENTE, Roberta. **Gestão estratégica no setor público**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/Gestao%20Estrategica%20no%20Setor%20Publico.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2011.

LINS, Zenilda Nunes. **Faculdade de Educação**: projeto e realidade. 2. ed. ampl. e atual. Florianópolis: UDESC, 1999.

MELO. Marilândes Mól Ribeiro de. **Silvio Coelho dos Santos**: um Intelectual moderno no Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE) – SC: pertencimento, missão social e educação para a formação/modernização – 1960. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SANTA CATARINA. Secretaria de Educação e Cultura. **Lei nº 4.394, de 20 de novembro de 1969**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina/PEE. Santa Catarina: SEC, 1969.

_____. UDESC/Faed. **Mensário Informativo do CEPE**. nº 1, jun. 1966. (Órgão de Divulgação: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/CEPE. Florianópolis/SC, 1966).



_____. UDESC/Faed. **Mensário Informativo do CEPE**. nº. 3, ago. 1966. (Órgão de Divulgação: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/CEPE. Florianópolis/SC, 1966).

_____. UDESC/Faed. **Mensário Informativo do CEPE**. nº. 8, jun. 1967. (Órgão de Divulgação: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/CEPE. Florianópolis/SC, 1967).

_____. UDESC/Faed. **Boletim do CEPE**. v. 2, nº. 51, maio/jun. 1976. (Órgão de Divulgação: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/CEPE. Florianópolis/SC, 1976).

_____. CEOSE/CEPE/FAED/UDESC/FESC. **Documento nº 1**. Introdução. Órgão de Divulgação: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/CEPE. Florianópolis, 1967. (Conforme íntegra dos documentos elaborados pelos professores Jacques Torfes e Michel Debrun, jul. 1967).

_____. CEOSE/CEPE/FAED/UDESC/FESC. **Documento nº 2**. Princípios de Reforma Administrativa. Órgão de Divulgação: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/CEPE. Florianópolis, 1967. (Conforme íntegra dos documentos elaborados pelos professores Jacques Torfes e Michel Debrun, jul. 1967).

_____. CEOSE/CEPE/FAED/UDESC/FESC. **Documento nº 3**. O ensino primário. Órgão de Divulgação: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/CEPE. Florianópolis, 1967. (Conforme íntegra dos documentos elaborados pelos professores Jacques Torfes e Michel Debrun, jul. 1967).

_____. CEOSE/CEPE/FAED/UDESC/FESC. **Documento nº 5**. A divisão de formação e aperfeiçoamento do magistério primário. Órgão de Divulgação: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/CEPE. Florianópolis, 1967. (Conforme íntegra dos documentos elaborados pelos professores Jacques Torfes e Michel Debrun, jul. 1967).

_____. CEOSE/CEPE/FAED/UDESC/FESC. **Documento nº 7**. Plano Estadual de Educação. Órgão de Divulgação: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/CEPE. Florianópolis, 1967. (Conforme íntegra dos documentos elaborados pelos professores Jacques Torfes e Michel Debrun, jul. 1967).

_____. Secretaria de Educação e Cultura. Conselho Estadual de Educação. **Plano Estadual de Educação (PEE)** Resolução nº 15/69. Aprova o Plano Estadual de Educação. Florianópolis/SC, 23 dez. 1969.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Educação e desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1968.



_____. **Um esquema para a educação em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME/ Editora Empreendimentos Educacionais Ltda, 1970.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual**. A experiência catarinense do plano de metas do governo – PLAMEG 1961-1965. Florianópolis: Editora da UFSC/FESC/UDESC, 1985.

SROUR, Robert Herry. **A política dos anos 70 no Brasil**. São Paulo: Economia Editorial, 1982.

TEIVE, **Gladys Mary Ghizoni**; DALLABRIDA, Norberto. A faculdade de educação nos anos 60: releitura da "idade de ouro". **PerCursos**, Revista do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da UDESC, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 91-106. out. 2003.

TEODORO, Antonio. Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: a emergência de novas formas de regulação transnacional, ou uma globalização de baixa intensidade. In: STOER, Stephen Ronald; CORTESÃO, Luiza; CORREIA, José Alberto (Org.). **Transnacionalização da educação**. Da crise da educação à "educação" da crise. Porto (Portugal): Edições Afrontamento, 2001. (v. 6).

126 UNESCO. **Missão de planejamento educacional**. Brasil. Tradução e divulgação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/CBPE. Rio de Janeiro/RJ. set./nov. 1963.

UNESCO. **A UNESCO e a Educação**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000033.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2011.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório** – educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

Profa. Dra. Maria das Dores Daros
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação | Florianópolis
Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores
em Santa Catarina | GPEFESC
E-mail | mdores@ced.ufsc.br



Ms. Marilândes Mól Ribeiro de Melo
Universidade Federal de Santa Catarina | Florianópolis
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação
Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores
em Santa Catarina/GPEFESC
Bolsista Capes
E-mail | marilandesmel@bol.com.br

Recebido 25 abr. 2011

Aceito 18 jul. 2011